

Dossiê Psicologia e Mudança Climática

Psicologia, mudança climática e fontes renováveis de energia: psicologia do lugar e resistência popular

Tadeu Mattos Farias^{a*} 

^aUniversidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil

Resumo: A partir de um estudo que investigou as lutas populares relacionadas à construção do parque eólico “Rei dos Ventos I” na cidade de Galinhos (RN), este trabalho busca refletir sobre o papel da psicologia perante a mudança climática e a expansão da implementação de parques eólicos no Brasil, em favor de uma perspectiva popular. Abordando criticamente o fenômeno, entendemos seu avanço como reprodutor da dinâmica expansiva do capital, no marco das principais propostas de enfrentamento à mudança climática, concebendo um capitalismo “de face verde”. Discutimos uma perspectiva ético-política para a psicologia ambiental no que diz respeito à questão ambiental e mudança climática, que tome a perspectiva das maiorias oprimidas, pensando a mudança climática a partir de suas raízes e entendendo que o real enfrentamento ao problema se dá no fortalecimento das lutas coletivas que tensionam a ordem social capitalista.

Palavras-chave: mudança climática, energia eólica, questão ambiental, psicologia.

Introdução

Quando, em 2012, os moradores de um pequeno município localizado no litoral setentrional do estado do Rio Grande do Norte, à época com 2.159 residentes, se mobilizaram contra a instalação do parque eólico Rei dos Ventos I sobre as dunas locais, a capacidade eólica instalada em todo o país era de 2,5GW, distribuída entre 108 parques eólicos, e o estado despontava como dos principais focos do desenvolvimento da produção de energia a partir dos ventos, recordista em leilões para instalação dos parques eólicos, e responsável por 31% da eletricidade produzida a partir de fontes eólicas no país (Associação Brasileira de Energia Eólica [ABEEólica], 2012; Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energia [Cerne], 2016). Em 2023, ano de recorde de capacidade instalada, o total desta no Brasil ultrapassou 30 GW, e o Rio Grande do Norte é o segundo em geração (ABEEólica, 2023).

Desde então, também cresceu o interesse de diversas disciplinas pelo tema da mudança climática e pelas energias a partir de fontes renováveis como forma de enfrentamento ao problema. A forma de abordar os temas na psicologia ambiental vem se dando prioritariamente por referenciais teórico-metodológicos que são também hegemônicos na psicologia em geral, seja no Brasil ou no mundo, com forte influência positivista e das abordagens cognitivistas e/ou comportamentais, voltando-se prioritariamente para o indivíduo, para um conjunto de fenômenos psicológicos relacionados a tais empreendimentos e sua relação com os temas caros à

sustentabilidade (Bidwell, 2016; Pessoa, 2011; Pessoa & Pinheiro, 2010; Walker, Kurz & Russel, 2016). Em alguns estudos, é possível reconhecer uma postura mais crítica, considerando, por exemplo, os vínculos afetivos em relação aos lugares como mediadores da forma pela qual concebem as estruturas para produção de energias a partir de fontes renováveis (Devine-Wright, 2013) ou colocando em tela os impactos de tais empreendimentos para a vida das comunidades (Improta, 2008).

Nesse período também cresceram as evidências, a literatura e as lutas sociais que denunciavam o impacto da produção de energia eólica sobre comunidades tradicionais, meio ambiente, pequenas cidades etc., os quais abordaremos mais adiante. Neles se evidencia que, muito além de uma saída para a crise climática, a expansão da produção de energia a partir de fontes renováveis vem sendo uma saída para o capital, para garantia de seu processo expansivo e um meio para o aprofundamento das relações de dependência entre países do capitalismo periférico, como o Brasil, e os países centrais.

Tais elementos também se apresentaram no estudo que fizemos em Galinhos sobre as transformações socioambientais locais, a vinculação entre moradores e o lugar, e a resistência popular contra a implementação do parque eólico Rei dos Ventos I. Não é nosso intuito a apresentação de um relato aprofundado de pesquisa, mas, a partir de um cotejamento de resultados da pesquisa mencionada, buscamos refletir sobre o papel da psicologia ambiental diante da mudança climática e da expansão da implementação de parques eólicos no Brasil e que tenha no horizonte de seu *quefazer* a opção popular (Martin-Baró, 2017b). Iniciaremos, portanto,

*Endereço para correspondência: tadeu.farias@ufrn.br

apresentando brevemente a pesquisa referida e alguns de seus passos metodológicos.

Conhecendo a luta popular de Galinhos

Em torno da construção do parque eólico Rei dos Ventos I sobre as dunas de Galinhos (RN), alguns setores da população se mobilizaram e se organizaram conduzindo manifestações contrárias à sua instalação. Apesar de sua finalização em 2013, a partir de manifestações como as ações de “abraço às dunas”, denúncias, midiatisação, entre outras, houve uma diminuição da quantidade de aerogeradores, liberando o local que moradores reivindicavam, além de não cercarem a área, o que permitiu o trânsito de pessoas e *buggys*, algo importante para o turismo local, principal atividade econômica do município, junto à pesca. Essa última foi a principal atividade ao redor da qual a reprodução da vida social em Galinhos se deu desde sua emergência, algo que foi profundamente afetado pela ampliação de uma indústria salina na década de 1980. A partir dos anos 1990 o turismo ganhou centralidade e passou a integrar os mais diversos âmbitos da vida Galinhense. É importante destacar ainda que, por características históricas e geográficas, as atividades turísticas são fundamentalmente controladas por moradores(as) locais.

A pesquisa teve por base, assim como este trabalho, a ontologia e a teoria social marxianas, e buscou investigar a relação entre laços afetivos dos(as) moradores(as) com Galinhos e as disputas concernentes às transformações socioambientais locais, sendo a disputa em torno da construção do parque eólico uma delas. Dessa forma, alguns elementos metodológicos fundamentais são a perspectiva da totalidade, o materialismo histórico e a dialética singular-particular-universal (Lukács, 2013; Netto, 2011; Pasqualini & Martins, 2015). Como caminho escolhido, adotamos abordagem etnográfica (Sato & Souza, 2001), a partir da qual as experiências, observações e reflexões foram registradas em diários de campo.

A inserção em campo foi prioritariamente centrada no contexto de vida dos pescadores, grupo que vivenciou todos os processos de transformação do lugar, buscando as atividades e representações que estivessem mais vinculadas a suas vidas. Também foram realizadas entrevistas focadas nas *histórias de vida* (Pineau & Le Grand, 2012) de moradores(as) indicados(as) por terem um forte vínculo com o lugar, em um total de 23 entrevistas, com pessoas entre 26 e 70 anos.

“Essa energia é limpa, mas aqui, em cima das dunas, vai ser suja”: questão ambiental e energias renováveis para além do capitalismo verde

A frase destacada no título desta seção foi dita por uma das moradoras de Galinhos ao relatar a implementação do parque eólico Rei dos Ventos I sobre

as dunas. Na sequência, acrescenta que “ninguém é contra a energia limpa, mas a forma como é feita”, sugerindo o conjunto de processos que estiveram envolvidos na construção. Entre esses processos, foram destacados negativamente, por ela e por outros entrevistados, os impactos ambientais e sobre a atividade turística, a baixa qualidade e pouca duração dos empregos gerados, a articulação entre empresa responsável pela instalação e gestores públicos na condução do processo sem transparência e sem efetivo envolvimento da população local, entre outras questões levantadas ao longo da pesquisa.

Utilizamos essa frase como síntese do que pretendemos debater neste tópico: a gênese e produção capitalista dos problemas ambientais fundamentais de nosso tempo – a que chamamos de *questão ambiental* – e a produção de energia a partir de fontes renováveis que, sob os marcos do modo de produção capitalista, aponta mais para a mercantilização e capitalização dos problemas do que para solução destes em termos de uma transição energética necessária. Entendemos que os motivos para o fato de que “em que três décadas de esforços globais *jamaiz* obtiveram sequer uma redução mínima das emissões totais” (Sá Barreto, 2022, p. 146) estão no fato de a tentativa da mitigação da mudança climática se dar por meio da transição energética mantendo os marcos fundamentais do capital, sendo assim absolutamente incapaz de reverter o quadro.

O reconhecimento mais significativo da questão ambiental em nível global se deu a partir dos anos 1960 e resultou em diferentes concepções sobre as causas e alternativas aos problemas ambientais fundamentais, que expressam também fundamentos político-econômico e ideológicos distintos, uma “nebulosa ecológica” (Silva, 2010, p. 68). Ao conjunto dessas proposições podemos chamar de perspectivas de “capitalismo verde”. Em comum, possuem o fato de não reconhecerem a “impossibilidade de se enfrentar as degradações ambientais sem levar em conta as tendências econômicas que regem as formas produtivas próprias ao capital e que visam, ao fim e ao cabo, a busca do lucro” (Silva, 2010, p. 120). Trata-se, em seus fundamentos últimos, de um sistema insustentável. Vejamos, ainda que de forma sintética e não exaustiva, o porquê.

A gênese e desenvolvimento do capitalismo dependeram de um processo histórico violento, que passou pelo cercamento de terras, expropriação de terras da Igreja, saques, roubos e colonialismo, conhecido como “acumulação primitiva”, que foi e continua sendo – por isso é repostado por novos meios até o presente – a condição para a existência das relações sociais de produção capitalista (Fontes, 2010; Marx, 1867/2013). Resulta dessa lógica expropriante um constante processo de migração de uma massa de trabalhadores(as) para as cidades, submetidos(as) então ao imperativo da venda de sua força de trabalho em troca de salário como única possibilidade de sobrevivência. Do outro lado, os meios necessários para garantir a reprodução a vida humana

tornam-se propriedade privada (Harvey, 2007; Marx, 1867/2013).

Dessa forma, com a terra transformada em mercadoria e capital, os ritmos de exploração da natureza são ditados pela necessidade de acumulação e expansão do capital e não pelas necessidades humanas (Foladori, 2001). Do outro lado dessa relação está o crescimento descontrolado das cidades e os desdobramentos disso (Silva, 2010), concentrando força de trabalho empregada e excedente, o *exército industrial de reserva* (Farias, 2021; Lorena, 2012; Marx, 1867/2013).

Como síntese do processo descrito, podemos ler em Marx (1867/2013):

Com a predominância sempre crescente da população urbana, amontoadas em grandes centros pela produção capitalista, esta, por um lado, acumula a força motriz histórica da sociedade e, por outro lado, desvirtua o metabolismo entre o homem e a terra . . . Com isso, ela destrói tanto a saúde física dos trabalhadores urbanos como a vida espiritual dos trabalhadores rurais (p. 572).

A ideia de um desvirtuamento metabólico é central para compreender os fundamentos da questão ambiental. Trata-se de um descompasso, criado entre os ritmos de reprodução social sob a lógica do capital e os ritmos da natureza, que não consegue, em grande medida, repor a si própria (Foster, 2005). Por suas características, a tendência do sistema capitalista é intensificar tais processos e, assim, a falha metabólica. Nesse sentido, é preciso considerar o caráter necessariamente expansionista do capital. “A acumulação de capital é em certo sentido um processo autopropulsor” (Foster & Clark, 2004, p. 227), e colocar freios à exploração desenfreada da terra e do(a) trabalhador(a), impor limites ambientalmente sustentáveis ao capital, de um “capitalismo verde”, seria um tiro de morte que o capital busca a qualquer custo evitar.

De forma a garantir o processo de valorização, o capital precisa transformar ao máximo os valores de uso da sociedade em mercadorias, o que inclui a própria natureza e, desse impulso, decorre também a necessidade de garantir a realização/consumo do capital produzido. Isso implica que a *ideologia do consumo* não é uma escolha individual, e sim a forma de acessar os bens necessários à sobrevivência e de existir à qual somos impelidos a todo instante (Farias, 2021). Contudo, como a riqueza capitalista depende da exploração da classe trabalhadora, o sistema opera em uma contradição de precisar impulsionar o consumo e o consumismo ao mesmo tempo em que mantém uma parcela gigantesca de trabalhadores(as) com pouco acesso a esse consumo.

Tomando por base esses elementos trazidos, é fundamental considerar que tratamos de uma sociedade dividida em classes, que ocupam funções diferentes na reprodução da ordem social, o que torna mistificador da realidade creditar à sociedade como um todo – ou

à humanidade – a responsabilidade sobre as diversas manifestações da questão ambiental. A classe e frações de classe detentoras dos meios de produção são responsáveis pela forma, ritmo e intensidade da exploração dos recursos naturais. Ainda, quando pensamos no consumo energético é necessário considerar que vivemos em uma sociedade de consumo concentrado em uma parcela ínfima da população mundial (Oxfam Brasil, 2024).

Se, no capitalismo, a propriedade dos meios de produção garante que os lucros sejam privados, os custos – sociais e ambientais –, por sua vez, são socializados. Um dos entrevistados em Galinhos trouxe essa leitura classista dos problemas ambientais ao afirmar que “*quem vendeu e quem assinou, essa hora ele ‘tá num alto, curtindo, esperando que a galera seja dragada’*”. No ato de responsabilizar empresa e poder público pelos impactos negativos das transformações no lugar, é colocada uma oposição entre classes: aqueles que estão “num alto” (se referindo aos prédios nas cidades grandes) e aqueles que serão, talvez, dragados pela própria invasão do rio e da areia modificados pelas transformações. Outro morador, comentando sobre os impactos ambientais da ampliação da salina e do assoreamento de parte do rio local no processo de construção do parque eólico, apresenta como a natureza “se voltou” contra o lugar, em função da intervenção sobre ela. Colocado em termos de classe, pode-se dizer que o capital (personificado naqueles que estão “num alto”) colocou a natureza contra o lugar.

Ao considerarmos o debate feito até aqui, podemos situar a questão ambiental como o conjunto das manifestações concretas historicamente determinadas, cujo fundamento está nas relações capitalistas de produção, além das manifestações desse fenômeno na consciência humana, conformando ideologias e, enquanto tais, atuando na ocultação das relações dominantes (Silva, 2010). É nesse marco que devemos também compreender as tecnologias para produção de energia a partir de fontes renováveis.

Um primeiro elemento a ser destacado é que as forças produtivas não são historicamente neutras. No capitalismo, o desenvolvimento técnico e tecnológico cumpre um conjunto de funções e, como apontou Marx (1867/2013), “as contradições e os antagonismos inseparáveis da utilização capitalista da maquinaria inexistem, porquanto têm origem não na própria maquinaria, mas em sua utilização capitalista” (p. 513).

Por tais elementos, o desenvolvimento técnico é também uma das mediações do capitalismo no enfrentamento de suas crises. Dessa forma, no mesmo período em que soa o alarme da crise ambiental, também soa o da crise do capital, e, como forma de buscar um novo impulso de acumulação, contribuirá um conjunto de mudanças nas mais distintas esferas, como a reestruturação produtiva e a entrada em cena da *agenda neoliberal* e seu arcabouço ideológico com conteúdo hiper individualista (Harvey, 2007). Ademais, a acumulação capitalista na esfera financeira ganhou novos patamares, com impulso também na privatização dos serviços e bens públicos,

na mercantilização da natureza e nos processos de expropriação em escala global (Fontes, 2010; Harvey, 2007).

Dessa forma, devemos considerar as expressões ideológicas que emergem nesse período como meios de incidir sobre a administração da questão ambiental e que se valem da mesma para garantir a expansão das novas formas de reprodução da acumulação capitalista. Nesse sentido, no quadro de pressões e determinações históricas, “o discurso ambiental se instrumentaliza à razão econômica e reforça o viés prospectivo imbricado à mercantilização da natureza e de elementos verdes” (Ribeiro, 2012, p. 212).

Dessa maneira, surge um grande mercado de “soluções verdes” e de “modos verdes de ser” para fazer oposição à questão ambiental, junto às ideias para sua legitimação, incluindo certa concepção desistoricizada de neutralidade do ideal da sustentabilidade (Freitas, Nélis, & Nunes, 2012). Nesse cenário, soluções *via* mercado tornaram-se forma dominante de enfrentar as mazelas da crise ambiental. Se, como vimos, a reprodução do capital está na essência da questão ambiental, por outro lado, os efeitos do problema são mercantilizados (Freitas et al., 2012).

Em tal contexto, com a hiperbolização da esfera financeira na acumulação de capital no período neoliberal, a própria natureza e o “enfrentamento” à crise ecológica não escapam a isso. Existe uma verdadeira “neoliberalização da natureza” e a mudança climática passou igualmente a ser gerida pela lógica de acumulação financeira (Soares, 2023). Assim, o capitalismo garante expansão para novos nichos de acumulação, expandindo a lógica fictícia e proliferando serviços financeiros relacionados, como derivativos para créditos de carbono, títulos verdes e outros, ao passo que impulsiona processos de destruição alavancados (Soares, 2023). Mais do que nunca, então, a natureza está subjugada à lógica do mercado, com sua forma financeira avançando no uso da terra para a produção de alimentos, extração de minérios etc., mas também por meio do mercado financeiro da sustentabilidade, que penetra também na produção de energia a partir de fontes renováveis.

Como síntese, é possível afirmar que a necessidade de transição para uma sociedade cuja produção de energia aconteça a partir de matrizes renováveis possui um grau importante de consenso. Os problemas começam quando pensamos nisso nos marcos discutidos e no caráter supostamente neutro da técnica, “que prioriza o incremento de tecnologias ambientais ditas limpas, menos intensivas em recursos naturais e supostamente isentas de efeitos indesejáveis às populações locais e ecossistemas” (Araújo & Meireles, 2019, p. 64).

Os novos ventos da dependência: as Energias renováveis na formação social brasileira

A questão ambiental na particularidade da mudança climática e o caráter hegemonicamente neoliberal que assumem as propostas de seu enfrentamento e suas

expressões ideológicas possuem particularidades quando as abordamos em uma formação social de caráter capitalista dependente. O Brasil é uma formação social cujo capitalismo emerge a partir de uma *via colonial* (Chasin, 2000), em um processo de gênese que carrega consigo um conjunto de estruturas forjadas no sistema colonial e escravista colocadas em um novo patamar a partir da inserção do país na Divisão Internacional do Trabalho, e que passam a operar na reprodução de uma economia dependente (Marini, 2022).

Para o tema que nos interessa aqui, a divisão campo-cidade sob o regime do capital teve e ainda tem um papel fundamental na degradação ambiental em nível global e local, contudo, a divisão nos papéis das economias centrais e periféricas nos ciclos do capital foi um desdobramento e uma condição permanentemente reposta para garantia da acumulação de capital nas economias centrais (Foster & Clark, 2004; Freitas et al., 2012). Como é amplamente verificável desde a invasão e dominação coloniais, a exploração dos recursos naturais é parte essencial nesse processo (Freitas et al., 2012, p. 43). Como um dos mecanismos de *transferência de valor* (Marini, 2022) da periferia para o centro, podemos considerar o que Foster (2005) chamou *imperialismo ecológico*. Esse mecanismo diz respeito à imposição de “regimes de produção sócio-ecológicos no mundo” (Foster & Clark, 2004, p. 235). Assim, o controle dos fluxos ecológico-materiais na exploração dos recursos naturais estabelecidos na relação centro-periferia é condição necessária da reprodução do capitalismo global e define elementos da particularidade da formação social dependente.

Os países periféricos do capitalismo, de um lado, sofrem as principais consequências dos mecanismos de exploração da natureza imprimindo em seu meio ambiente uma produção fortemente voltada para a produção de alimentos e matérias-primas para a exportação. De outro, garantem o desenvolvimento do centro do capitalismo (Foster & Clark, 2004; Freitas et al., 2012). Da mesma forma, o avanço dos monopólios do capital sobre as fontes renováveis de energia e sua atuação no desenvolvimento de tecnologias são parte do novo estágio da mundialização dos capitais nos marcos do neoliberalismo, buscando novos espaços de acumulação a partir da exploração da força de trabalho e da natureza.

Diante dos mecanismos de transferência de valor, as burguesias em nível local garantem seu processo de acumulação por meio da *superexploração* da força de trabalho, fundamento da dependência (Marini, 2022). Vemos a reprodução dessa realidade desigual ao considerarmos a concentração na produção e acesso aos recursos energéticos e existência dos chamados “donos da energia”, que em nossa realidade são os “segmentos do capital financeiro internacional, a indústria mineiro-metalúrgico-energética e o agronegócio” (Benincá, 2011, p. 39). Assim, a entrada de capitais na forma de produção ou investimentos nas fontes renováveis de energia, torna-se um meio de intensificação das relações de dependência dos países periféricos.

No caso da energia a partir de fonte eólica, o modelo adotado no Brasil acabou privilegiando a produção em larga escala, que utiliza grandes extensões de terra, com alto número de aerogeradores por instalação, concentrado em monopólios estrangeiros e em parceria com o Estado (Araújo & Meireles, 2019, p. 64). É possível dizer que o Brasil tem se caracterizado por *latifúndios de vento*.

De forma dialética, crescem também os movimentos de denúncia e luta contra os impactos socioambientais causados por tais empreendimentos (Brannstrom, Gorayeb, Loureiro, & Mendes, 2019). Entre os impactos apontados, estão: dificuldade de acesso e/ou destruição dos meios de subsistência das comunidades tradicionais, levando inclusive a casos de déficit alimentar; redução de territórios disponíveis para pesca ou outras atividades extrativas, nas costas e manguezais; remoções de grandes volumes de areia da dunas, desmatamento e soterramento de rios e lagos; mudança nos ciclos e dinâmicas de manguezais e rios; privatização de recursos; problemas por conta do ruído das turbinas e medo de acidentes; alteração na rotina de moradores e custos de vida das cidades e comunidades; empregos que costumam ser limitados, precários e de curta duração, além de não haver relação entre produção local e acesso à energia por parte das comunidades impactadas; os “filhos do vento”, em referência às crianças que nascem das relações de mulheres desses locais com trabalhadores que, tendo vínculo temporário, voltam para suas cidades; entre outros impactos (Araújo & Meireles, 2019; Brannstrom et al., 2019; Marques, Barreto, Barrero, & Maia, 2021).

Vale destacar que uma das marcas do capitalismo dependente brasileiro é a imensa concentração da propriedade de terras, que remonta ao processo colonial e permanece no capitalismo dependente com a terra tornada mercadoria e a economia local priorizando a produção para a exportação. A instalação de parques eólicos se insere no contexto de grande insegurança da posse, sobretudo por parte de comunidades tradicionais, que têm dificuldades de garantir título da terra nos locais dos quais dependem para obtenção dos recursos para sua subsistência (Brannstrom et al., 2019). Nesse cenário, o Estado atua em conjunto com os representantes das empresas, garantido os meios para que consigam o usufruto das terras, muitas vezes a partir de arrendamento, para produção de energia e lucro (Brannstrom et al., 2019; Ribeiro & Oliveira, 2021).

Novamente, o que vem sendo constatado na literatura apontada é bastante semelhante ao que identificamos em Galinhos, reforçando nosso argumento em torno dos fundamentos socioeconômicos, políticos e ideológicos imbricados na expansão dos parques eólicos. O impacto ambiental foi apontado, por exemplo, por um morador entrevistado ao relatar o momento em que passava de *buggy* no local onde seria construído o parque: “*a gente chegou lá as máquinas já ‘tavam entrando lá, tragando toda a duna, brother, levando tudo, entortando a mata, a natureza, como aquelas algaroba gigante ali*”. Essa centralidade dos elementos físicos tem seu fundamento

na própria centralidade do lugar e da terra no conflito. O que está em jogo no conflito estudado é a disputa pela terra como direito para a subsistência e a terra como propriedade privada e fonte de lucro privado. Ademais, ao utilizar o impacto sobre os elementos naturais, estão contestando a própria ideologia da energia eólica como ambientalmente sustentável.

Outro elemento que se destaca nesses cenários é a inserção precária de moradores das localidades em relações de trabalho nos parques e o uso da violência, privada e estatal, para garantir os processos de expropriação, instalação e funcionamento dos empreendimentos. Os mecanismos típicos da superexploração emergem, como as longas jornadas, muitas vezes acima do permitido por lei e o pagamento de baixíssimos salários. No estudo sobre Galinhos, esse aspecto também ficou evidenciado. Além dos impactos para o lugar, foi justamente em termos da qualidade e estabilidade do trabalho que a implementação do parque eólico foi avaliada e contestada, uma vez que os empregos eram sobretudo na fase de construção ou como seguranças do empreendimento. Foi igualmente ressaltado que, ao colocar moradores locais em trabalhos precários, era provocada uma fratura na comunidade em termos de poder se defender dos impactos do parque eólico e, no caso de se tornarem vigilantes, colocados como agentes de violência contra a própria classe e comunidade a que pertencem.

No terreno das lutas de classes que emergem desses contextos, surgem também formas de organização, resistência e enfrentamento aos impactos causados pelos parques eólicos, com variadas estratégias, que respondem ao tipo de impacto, aos modos de vida estabelecidos e afetados, às tradições locais, seus saberes e lutas históricas (Araújo & Meireles, 2019). Tais estratégias “são permanentemente acionadas em vias de garantir a afirmação de seus modos de vida, de seus territórios e de condições materiais e simbólicas necessárias para a reprodução de suas práticas tradicionais” (Araújo & Meireles, 2019, p. 67).

Temos, assim, mais uma evidência de que não há nada de neutro ou imediatamente progressivo na forma como se dá a expansão das energias renováveis como forma de combate à mudança climática. Ao contrário, em uma sociedade cindida em classes cujos interesses são antagônicos, sobretudo em uma realidade dependente, os conflitos entre essas emergem nas mais variadas formas, que dão variados matizes ao conflito capital-trabalho.

O exemplo estudado em Galinhos (RN) traz elementos também encontrados em outras pesquisas em comunidades tradicionais afetadas pelos parques eólicos. A organização local em torno da pesca artesanal fez da vinculação ao lugar constitutiva essencial desse modo de vida. Trata-se de elemento tão marcante que, por vezes, os moradores identificaram sua própria vida ao lugar ou ao elemento central desse modo de vida, que é a pesca. O lugar, território de onde tiram sustento, mas também os elementos simbólicos e relacionais ao redor dos quais a vida se constitui, é visto como aquele que gera vida.

E o rio, afetado primeiramente pela salina e, anos depois, pela terra movida das dunas para assentar o parque eólico, é o responsável por alimentar, que tem suas forças drenadas pelas intervenções do capital. Em sua forma de entender a relação com o lugar, os moradores denunciam o processo de expropriação dos meios de vida pelo capital, aquela condição a que fizemos referência, sempre repostada pelo capital e em que, de um lado, transforma esses meios de vida em meios de lucro e, de outro, não deixa outra escolha às pessoas que antes dispunham deles senão buscar vender sua força de trabalho.

O exemplo demonstra que, na maioria dos casos vinculados ao tema em debate, o conflito capital-trabalho se dá também, em menor grau de abstração, na expressão de conflitos capital-lugar. Dessa forma, para pensar a psicologia perante a mudança climática e, especificamente, no caso das fontes renováveis de energia, é necessário pensar em sua atuação inserida nessa realidade conflituosa, e não em uma atuação supostamente asséptica, neutra.

Os panos quentes em um mundo efervescente e o desafio popular à Psicologia (Ambiental)

Diversos pensadores críticos apontaram que um dos limites fundamentais das ciências sociais em sua contribuição para a vida humana está no pressuposto positivista de neutralidade frente à realidade que pesquisam. Como demonstram, por exemplo, Clóvis Moura (2019) e Martin-Baró (2017b), essa pretensa assepsia científica opera ideologicamente ocultando os conflitos sociais inseridos em uma realidade cindida em classes.

Esse é um fenômeno que se dá também na psicologia em suas concepções hegemônicas e no *mimetismo cientificista* da psicologia latino-americana (Martin-Baró, 2017a, 2017b, 2017c). Ao oferecer, em suas formulações teórico-metodológicas, perspectivas que abstraem os indivíduos de seu contexto, de suas posições sociais em termos de classe, raça e gênero, ou mesmo quando esses elementos aparecem como variáveis pontuais para fenômenos que dizem respeito à esfera individual, a realidade social brutalmente desigual e conflituosa – em especial no caso das realidades dependentes – passa ilesa, é naturalizada.

Podemos identificar esse fenômeno de forma hegemônica nos estudos da psicologia ambiental que se voltam para a mudança climática e, em específico, para as fontes renováveis de energia. O foco dado aos comportamentos, valores, atitudes, conhecimento, entre outros fenômenos, toma-os desprendidos dos processos econômico-sociais de reprodução da realidade humana. Dessa forma, ocultam-se as contradições de que estão prenhes os debates ambientais e as formas de “solução” apresentadas para os problemas, conforme discutimos.

O que caberia então à psicologia nesses cenários? Os desafios para a superação dos grandes problemas ambientais de nosso tempo estão na proporção e

articulados aos desafios da luta por superação das estruturas de exploração e opressão do modo de produção capitalista. Diante desse cenário, a psicologia pouco tem a contribuir significativamente, mas não quer dizer que não lhe resta nada a fazer (Martin-Baró, 2017c).

Trata-se de uma ciência e uma *práxis* que lidam com o cotidiano das pessoas, nas expressões mais imediatas dos efeitos dessa realidade sobre elas e nas mediações ideológicas de seus processos de consciência. Por esse motivo, Martin-Baró (2017a) vai afirmar que o papel da psicologia deve ser o “desmascaramento de toda ideologia antipopular, isto é, daquelas formas de senso comum que operacionalizam e justificam um sistema social explorador e opressivo” (p. 51). Ao(à) cientista social é requerido não a assepsia e distanciamento, mas um compromisso crítico com as causas do povo (Martin-Baró, 2017b). E tais exigências de compromisso crítico requerem também objetividade e independência, ou seja, uma postura *realista crítica* (Martin-Baró, 2017a, 2017b).

É nesse sentido que cabe à psicologia – e consideramos aqui a psicologia ambiental – a tarefa de *desideologizar* a realidade, contribuir para o desvelamento das estruturas opressivas e de exploração e suas expressões ideopolíticas, assumindo a perspectiva do povo, aprofundando o conhecimento de sua realidade e se comprometendo “criticamente com um processo que dá ao povo o poder sobre sua própria existência e seu destino” (Martin-Baró, 2017a, p. 53). No que diz respeito à mudança climática, a psicologia ambiental pode contribuir aprofundando perspectivas teórico-práticas que possam contribuir para o desvelamento das ideologias antipopulares alinhadas às variantes de um “capitalismo verde”, e no fortalecimento das lutas populares que coloquem no horizonte a necessidade de rupturas que efetivamente possam enfrentar a raiz da crise ambiental.

Acreditamos então que a *práxis* da psicologia ambiental pode se orientar pelas três tarefas libertadoras apontadas por Martin-Baró (2017c): o estudo sistemático das formas de consciência popular; o resgate e a potencialização das virtudes populares; e a análise das organizações populares como instrumento de libertação histórica.

É fundamental à psicologia ambiental estar atenta às realidades de luta popular e estratégias de resistência, e buscar contribuir no sentido do enfrentamento dos problemas colocados. Remetendo novamente ao estudo sobre Galinhos, destacamos duas contribuições que podem ajudar no sentido aqui pontado. O primeiro, de caráter metodológico, trata do uso da etnografia como estratégia que nos permite uma aproximação qualificada da realidade. Ela permite extrair da dinâmica cotidiana os eventos relevantes, os elementos históricos e culturais que constituem os modos de vida locais, os saberes e lutas históricas, fatores que prejudicam lutas e reivindicações, bem como as potencialidades de um grupo social. O segundo elemento é justamente o estudo das formas de consciência popular e suas formas de organização e luta como contribuição para tais lutas e para o enfrentamento à mudança climática.

Conforme destacamos ao longo deste trabalho, a energia a partir de fonte eólica está inserida nas formas de gestão da questão ambiental dentro da manutenção e propagação das próprias relações capitalistas, a partir da mercantilização dos efeitos das atividades que garantem a reprodução desse modo de produção (Silva, 2010). No plano ideológico, carrega a bandeira da sustentabilidade como o que lhe justifica e dá legitimidade para interferir na realidade. Parte da operacionalidade ideológica diz respeito a constituir um saber específico que garanta o desenvolvimento técnico e o justifique. Carregando tais relações, dentre outras coisas, funciona como forma de impor relações capitalistas sobre outras formas de organização social e não como elemento efetivo de enfrentamento à mudança climática e às manifestações da questão ambiental.

Nesse sentido, o que vimos no caso de Galinhos e em outras realidades que passaram - e passam - por processos semelhantes é a mobilização dos elementos que constituem o vínculo dos moradores com o lugar e os saberes constituídos imanentemente a essa vinculação como oposição também no plano ideológico. Ou seja, nas condições postas das lutas de classes, atuam com *desideologizantes* da realidade.

Essas formas de consciência popular podem ou não ter um conteúdo revelador da realidade. O saber local, a compreensão das regularidades da natureza que é afetada pelos empreendimentos, para o que vimos discutindo, é mediação para contestar o caráter de verdadeiro do saber que se propõe “verde”. Esse desvelamento não é a negação da necessidade e importância de desenvolvimento tecnológico em si mesmo, incluindo tecnologias para produção de energia limpa, mas justamente a demonstração de que, sob certas relações, não é disso que efetivamente se tratam, denunciando que é necessário enfrentar essas relações estruturais.

Essa compreensão dialética da consciência popular é facilitada por perspectivas *de perto e de dentro* (Magnani, 2002). Apreendendo-os em movimento junto à realidade, é possível entender a complexidade que organiza esses saberes e os levam a, em dada conjuntura e apoiado no desenvolvimento histórico e lutas da própria comunidade, serem confrontação a outro saber que é mobilizado para justificar o parque eólico.

Sobre esse conflito se assentam também as formas de deslegitimação dos saberes populares e de suas lutas como supostamente irracionais ou anti-progresso, que nada mais são do que formas de legitimar as relações dominantes. Um dos moradores de Galinhos ironizou esse tipo de discurso ideológico, ao comentar que a representante de uma agência de turismo de grande porte acusou Galinhos de ser “terra de índio”, por ainda viverem de um turismo mais próximo do comunitário e não quererem a empresa se estabelecendo no lugar.

No caso da luta contra a instalação do parque eólico nas dunas, a oposição de um “verde” local e um “verde” do capital mostra como o segundo atua negando relações locais, buscando alienar a potência do lugar, expropriando-o,

e instaurar relações de poder que sua face “verde” busca ocultar. Assim, os saberes e relações com o lugar, a memória histórica das lutas já travadas, são elementos fundamentais para compreensão das contradições do empreendimento e para impulsionar as formas de luta no momento necessário.

Considerações finais

A partir do que foi debatido, podemos considerar que o desafio popular à psicologia ambiental se coloca em termos epistemológicos e práticos. No primeiro caso, trata-se de buscar referenciais teórico-metodológicos que permitam a compreensão das determinações histórico-concretas da produção da questão ambiental, da mudança climática em particular e de suas respostas em termos ideopolíticos. Nesse sentido, não se trata de descartar de antemão saberes e conhecimentos da psicologia ambiental, mas de buscar entender o que neles há de ideologizante ou desideologizante (Martin-Baró, 2013).

No plano da *práxis*, seja científica ou profissional, o debate em torno dos impactos das relações sociais de produção das energias a partir de fontes renováveis e das lutas populares que se colocam a partir disso, uma psicologia ambiental que se quer contribuindo para a libertação dos povos e não para seu assentimento com relações de expropriação, exploração e opressão. Nesse sentido, é necessário um projeto ético-político que oriente o *quefazer* da psicologia ambiental para a libertação de nossos povos: “uma libertação da exploração econômica, da miséria social e da opressão política, uma libertação para construir uma sociedade nova, baseada na justiça e na solidariedade” (Martin-Baró, 2017c, p. 82). Em si mesma, a psicologia ambiental (ou mesmo a psicologia ou qualquer outra profissão) não substitui a *práxis* política, mas pode contribuir para a desideologização da realidade e para o fortalecimento das lutas populares, em específico, aquelas cuja mediação passa fortemente pela relação com os lugares de vida ou em que a exploração e opressão toma forma de um discurso “sustentável”.

Uma perspectiva ético-política para a psicologia ambiental no que diz respeito à questão ambiental inspirada na psicologia da libertação (Martin-Baró, 2017a) precisa tomar a perspectiva das maiorias oprimidas. Isso significa pensar a mudança climática a partir de sua raiz, entendendo que o real enfrentamento ao problema se dá no fortalecimento das lutas coletivas que tensionam a ordem social capitalista, incluindo aquelas que vêm denunciando e desvelando ideologias de “face verde”. Assim, uma perspectiva popular para a psicologia na relação com essa problemática, significa “assumir a perspectiva do povo; aprofundar o conhecimento da realidade e; se comprometer criticamente com um processo que dá ao povo o poder sobre sua própria existência e seu destino” (Martin-Baró, 2017c, p. 62).

Declaração de disponibilidade de dados

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Psychology, climate change, and renewable energy sources: psychology of place and popular resistance

Abstract: Based on a study on popular struggles related to the construction of the “Rei dos Ventos I” wind farm in Galinhos-RN, this study reflects on the role of psychology in the face of global climate change and the expansion of wind farms in Brazil under a popular perspective. By critically assessing the phenomenon, we understand its advancement as a reproducer of the expansive dynamics of capital within the framework of the main proposals to face climate change giving rise to a “green-faced” capitalism. We discuss an ethical-political perspective for environmental psychology regarding the environmental issue and climate change that takes the perspective of oppressed majorities, thinking about climate change from its roots and understanding that the real confrontation of the problem occurs by strengthening collective struggles that strain the capitalist social order.

Keywords: climate change, wind energy, environmental issues, psychology.

Psychologie, changement climatique et sources d'énergie renouvelables : psychologie du lieu et résistance populaire

Résumé : Basé sur une étude qui a enquêté sur les luttes populaires liées à la construction du parc éolien « Rei dos Ventos I » dans la ville de Galinhos, ce travail réfléchit sur le rôle de la psychologie face au changement climatique et à l'expansion de la mise en œuvre de parcs éoliens au Brésil, en faveur d'une perspective populaire. En abordant le phénomène de manière critique, nous comprenons son évolution comme la reproduction de la dynamique expansive du capital, dans le cadre des principales propositions de lutte contre le changement climatique, en concevant un capitalisme « au visage vert ». Nous discutons d'une perspective éthico-politique pour la psychologie environnementale en ce qui concerne la question environnementale et le changement climatique, qui adopte le point de vue des majorités opprimées, pensant le changement climatique depuis ses racines et comprenant que la véritable confrontation avec le problème a lieu dans le renforcement des luttes collectives qui mettent à rude épreuve l'ordre social capitaliste.

Mots-clés: changement climatique, l'énergie éolienne, problème environnemental, psychologie.

Psicología, cambio climático y energías renovables: psicología del lugar y resistencia popular

Resumen: A partir de un estudio que analizó las luchas populares relacionadas con la construcción del parque eólico “Rei dos Ventos I” en la ciudad de Galinhos (Rio Grande do Norte, Brasil), este trabajo propone reflexionar sobre el papel de la Psicología frente al cambio climático y la expansión de la implementación de parques eólicos en Brasil a favor de una perspectiva popular. Al abordar críticamente el fenómeno, entendemos su avance como una reproducción de la dinámica expansiva del capital, en el marco de las principales propuestas para combatir el cambio climático, que concibe un capitalismo de “cara verde”. Discutimos una perspectiva ético-política de la psicología ambiental en relación con la cuestión ambiental y el cambio climático, que toma la perspectiva de las mayorías oprimidas, pensando el cambio climático desde sus raíces y entendiendo que el verdadero enfrentamiento al problema se da en el fortalecimiento de las luchas colectivas que se establecen en el orden social capitalista.

Palabras clave: cambio climático, energía eólica, problema medioambiental, psicología.

Referências

- Araújo, J. C., & Meireles, A. (2019). Entre expropriações e resistências: mapas das desigualdades ambientais na zona costeira do Ceará, Brasil. In A. Gorayeb, C. Brannstrom & A. Meireles (Orgs.), *Impactos socioambientais da implantação dos parques de energia eólica no Brasil* (pp. 61-81). Fortaleza, CE: UFC.
- Associação Brasileira de Energia Eólica. (2012). Boletim anual de geração eólica – 2012. São Paulo, SP: ABEEólica. Recuperado de <https://tinyurl.com/55yfb2b9>
- Associação Brasileira de Energia Eólica. (2023). Boletim anual de geração eólica – 2023. São Paulo, SP: ABEEólica. Recuperado de <https://tinyurl.com/2j2nbbep>
- Benincá, D. (2011). *Energia & cidadania: a luta dos atingidos por barragens*. São Paulo, SP: Cortez.
- Bidwell, D. (2016). The effects of information on public attitudes toward renewable energy. *Environment and Behavior*, 48(6), 743-768.
- Brannstrom, C., Gorayeb, A., Loureiro, C., & Mendes, J. (2019). Processos políticos e impactos socioambientais da energia eólica no litoral cearense. In A. Gorayeb, C. Brannstrom & A. Meireles (Orgs.), *Impactos socioambientais da implantação dos parques de energia eólica no Brasil* (pp. 46-60). Fortaleza, CE: UFC.
- Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energia. (2016). *Indicadores de produção de energia eólica*. Recuperado de <http://cerne.org.br/indicadores/>
- Chasin, J. (2000). *A miséria brasileira (1964-1994): do golpe militar à crise social*. Santo André, SP: Ad Hominem.

- Devine-Wright, P. (2013). Dynamics of place attachment in a climate changed world. In L. Manzo & P. Devine-Wright (Orgs.), *Place attachment: advances in theory, methods and applications* (pp. 165-177). Nova York, US: Routledge.
- Farias, T. (2021). Ecos da acumulação primitiva: contribuições marxistas para a análise crítica das relações pessoa-ambiente na América Latina. In T. Farias, N. Olekszechen & M. Brito (Orgs.), *Relações pessoa-ambiente na América Latina: perspectivas críticas, territorialidades e resistências* (pp. 33-54). São Paulo, SP: ABRAPSO.
- Foladori, G. (2001). O metabolismo com a natureza. *Crítica Marxista*, 12, 105-117.
- Fontes, V. (2010). *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história* (3a ed). Rio de Janeiro, RJ: UFRJ.
- Foster, J. (2005). *A ecologia de Marx*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Foster, J. B., & Clark, B. (2004). Imperialismo ecológico: a maldição do capitalismo. In L. Panitch & C. Leys (Eds.), *Socialist register* (pp. 225-243). Nova York, US: Monthly Review Press.
- Freitas, R. C. M., Nélsis, C. M., & Nunes, L. S. (2012). A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável. *Revista Katálisis*, 15(1), 41-51. doi: 10.1590/S1414-49802012000100004
- Harvey, D. (2007). Neoliberalismo como destruição criativa. *InterfaceEHS*, 2(4), 1-30.
- Improta, R. (2008). *Implicações socioambientais da construção de um parque eólico no município e Rio do Fogo-RN* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte.
- Lorena, E. (2012). Classes e contradições no urbano capitalista: fundamentos de uma especificidade histórica. *Lutas Sociais*, (29), 90-103. doi: 10.23925/ls.v0i29.18499
- Lukács, G. (2013). *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Magnani, J. G. C. (2002). De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(49), 11-29.
- Marini, R. M. (2022). *Dialética da dependência e outros escritos*. São Paulo, SP: Expressão popular.
- Marques, J., Barreto, A., Barrero, F., & Maia, F. (2021). Apresentação. In J. Marques, A. Barreto, F. Barrero & F. Maia (Orgs.), *O cárcere dos ventos: destruição das serras pelos complexos eólicos* (pp. 13-21). Paulo Afonso, BA: SABEH.
- Martin-Baró, I. (2013). Psicologia política latino-americana. *Psicologia Política*, 13(28), 555-573.
- Martin-Baró, I. (2017a). A desideologização como contribuição da Psicologia Social para o desenvolvimento da democracia na América Latina. In I. Martín-Baró, *Crítica e libertação na psicologia* (pp. 55-65). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Martin-Baró, I. (2017b). Conflito social e ideologia científica. In I. Martín-Baró, *Crítica e libertação na psicologia* (pp. 30-54). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Martin-Baró, I. (2017c). O desafio popular à psicologia social na América Latina. In I. Martín-Baró, *Crítica e libertação na psicologia* (pp. 66-88). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Marx, K. (2013). *O capital: crítica da economia política - Livro I*. São Paulo, SP: Boitempo. (Texto original publicado em 1867)
- Moura, C. (2019). *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo, SP: Perspectiva.
- Netto, J. P. (2011). *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo, SP: Expressão Popular.
- Oxfam Brasil. (2024). *Desigualdade S.A.: como o poder das grandes empresas divide o nosso mundo e a necessidade e uma nova era de ação pública*. São Paulo, SP: Oxfam Brasil.
- Pasqualini, J. C., & Martins, L. M. (2015). Dialética singular-particular-universal: implicações do método materialista dialético para a psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 27(2), 362-371. doi: 10.1590/1807-03102015v27n2p362
- Pessoa, V. (2011). *Análise do conhecimento e das atitudes frente às fontes renováveis de energia: uma contribuição da psicologia* (Tese de doutorado). Universidade Federal da Paraíba, Paraíba.
- Pessoa, V., & Pinheiro, J. Q. (2010). Do que você lembra quando pensa em energia do vento? um estudo sobre o conhecimento da energia eólica. *Interamerican Journal of Psychology*, 44(2), 361-367.
- Pineau, G., & Le Grand, J. (2012). *As histórias de vida*. Natal, RN: EDUFRN.
- Ribeiro, F. (2012). O paradigma ambiental na globalização neoliberal: da condição crítica ao protagonismo de mercado. *Sociedade & Natureza*, 24(2), 211-225.
- Ribeiro, C. & Oliveira, G. (2021). Terras públicas, comunidades tradicionais e corredores de vento: caminhos da energia eólica na Bahia. In J. Marques, A. Barreto, F. Barrero, & F. Maia (Orgs.), *O cárcere dos ventos: destruição das serras pelos complexos eólicos* (pp. 23-57). Paulo Afonso, BA: SABEH.
- Sá Barreto, E. (2022). Fogo Brando: um misto de lucidez, crítica incompleta, ilusões e expectativas frustradas. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia*, (62), 142-155.
- Sato, L., & Souza, M., (2001). Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia. *Cadernos EBAPE*, 10(1), 129-145.
- Silva, M. G. (2010). *Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao serviço social*. São Paulo, SP: Cortez.
- Soares, L. R. (2023). *A natureza subjugada à lógica financeira: evidências da agricultura brasileira* (Tese de doutorado). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.
- Walker, B. J. A., Kurz, T., & Russel, D. (2018). Towards an understanding of when non-climate frames can generate public support for climate change policy. *Environment and Behavior*, 50(7), 781-806. doi: 10.1177/0013916517713299

Recebido: 07/05/2025

Aprovado: 20/05/2025

Editores responsáveis: Gustavo Martineli Massola e Mário Henrique da Mata Martins